

Estado do Espírito Santo

LEI Nº 1580, DE 26 DE SETEMBRO DE 2025.

PUBLICAÇÃO Órgão oficial municipal n° 2686 de 26/09/2025 FICA O PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA/ES AUTORIZADO A CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

- **Art. 1º** Fica o Poder Executivo do Município de Vargem Alta/ES autorizado a celebrar termo de convênio com o Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES, com o objetivo de viabilizar ações conjuntas voltadas à melhoria da infraestrutura viária entre os dois municípios, trecho que liga o Distrito de Prosperidade ao de São Vicente.
 - § 1º O objeto dos ajustes poderá abranger, de forma exemplificativa:
- I a elaboração de estudos técnicos preliminares, ambientais ou de viabilidade econômica;
 - II a contratação de projetos básicos ou executivos de engenharia;
- III a execução de obras de pavimentação, drenagem, sinalização ou recuperação da via;
- IV a gestão compartilhada de recursos técnicos, humanos ou financeiros para tais finalidades.
- § 2º Os termos e condições da cooperação, inclusive responsabilidades técnicas, administrativas e financeiras, serão definidos em instrumento específico firmado entre os entes partícipes, e que a minuta segue anexa a esta Lei.



Estado do Espírito Santo

Art. 2º O Município de Vargem Alta/ES poderá realizar repasses de recursos

financeiros, prestar apoio técnico, fornecer material ou serviços, conforme será pactuado

em instrumento apartado nos termos da minuta em anexo, observada a legislação

aplicável e a disponibilidade orçamentária.

Parágrafo único. Os repasses previstos no caput deverão estar respaldados em

dotação orçamentária própria e seguirão as exigências da Lei Complementar nº 101/2000

(Lei de Responsabilidade Fiscal), especialmente quanto à transferência voluntária de

recursos.

Art. 3º O instrumento firmado com base nesta Lei deverá conter cláusulas que

assegurem:

I − o interesse público envolvido;

II – a prestação de contas pelos partícipes;

III – os mecanismos de controle, acompanhamento e fiscalização das ações

conjuntas;

IV – a previsão de rescisão e suas consequências.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das

dotações orçamentárias próprias do Município de Vargem Alta/ES, podendo ser

suplementadas, se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Alta-ES, 26 de setembro de 2025.

ELIESER RABELLO

Prefeito Municipal



Estado do Espírito Santo

ANEXO ÚNICO MINUTA DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA/ES E O MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES, VISANDO À REALIZAÇÃO DE AÇÕES CONJUNTAS PARA INFRAESTRUTURA VIÁRIA INTERMUNICIPAL.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a formalização de parceria entre os Municípios de Vargem Alta e Cachoeiro de Itapemirim, ambos localizados no Estado do Espírito Santo, para a execução de ações conjuntas voltadas à melhoria, elaboração de projetos, execução de obras e prestação de serviços de infraestrutura viária no trecho compreendido entre o Distrito de Prosperidade e o Distrito de São Vicente.

O objeto inclui, mas não se limita a:

- a) Elaboração de estudos técnicos preliminares, ambientais, de viabilidade econômica, social, topográficos e geotécnicos;
- b) Desenvolvimento de projetos básicos e executivos de engenharia, inclusive memoriais, orçamentos e cronogramas físico-financeiros;
- c) Execução de obras de pavimentação, drenagem, terraplanagem, sinalização viária, contenção e readequação geométrica da estrada;
- d) Apoio técnico e operacional por meio da disponibilização de equipes, máquinas, equipamentos e materiais;
- e) Compartilhamento de dados, informações técnicas e estrutura institucional para efetivação das etapas previstas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

A execução do presente Convênio observará, obrigatoriamente, os seguintes princípios:

- I Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- II Transparência na gestão pública e responsabilidade fiscal;
- III Cooperação federativa, conforme previsto no art. 241 da Constituição Federal;



Estado do Espírito Santo

- IV Efetividade na aplicação dos recursos públicos;
- V Planejamento, eficiência e economicidade na execução das ações;
- VI Sustentabilidade social e ambiental na elaboração dos projetos e na execução das obras.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DO PRIMEIRO CONVENENTE (MUNICÍPIO XXXX)

Compete ao PRIMEIRO CONVENENTE:

- I Providenciar os recursos financeiros de sua responsabilidade, conforme estabelecido no Plano de Trabalho anexo, promovendo os repasses nos prazos e condições pactuadas;
- II Designar equipe técnica para acompanhamento e fiscalização das etapas do objeto do convênio;
- III Participar da definição técnica dos estudos e projetos e emitir manifestações formais quanto
 à conformidade e aceitabilidade dos produtos entregues;
- IV Cooperar institucionalmente com o SEGUNDO CONVENENTE no atendimento às exigências dos órgãos de controle e licenciamento ambiental, se houver;
- V Analisar e aprovar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, os documentos e relatórios submetidos pelo SEGUNDO CONVENENTE, sob pena de aceite tácito.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES DO SEGUNDO CONVENENTE (MUNICÍPIO XXXX)

Compete ao SEGUNDO CONVENENTE:

- I Assumir a coordenação operacional do objeto do convênio, atuando como executor direto ou por meio de contratação de terceiros, observadas as normas licitatórias vigentes;
- II Realizar os procedimentos administrativos, inclusive licitação, contratação, liquidação e pagamento das obrigações decorrentes da execução do objeto;
- III Administrar e controlar a aplicação dos recursos financeiros repassados pelo PRIMEIRO CONVENENTE, mantendo escrituração contábil específica e regular;
- IV Apresentar relatórios circunstanciados de execução física e financeira, nos prazos pactuados, acompanhados de comprovantes físcais e financeiros;
- V Disponibilizar ao PRIMEIRO CONVENENTE e aos órgãos de controle acesso irrestrito a documentos, registros, contratos e informações relacionadas ao convênio.



Estado do Espírito Santo

CLÁUSULA QUINTA - DO PLANO DE TRABALHO

As ações previstas neste Convênio serão detalhadas em **Plano de Trabalho** anexo, que conterá, no mínimo:

- I Justificativa técnica e objetivos específicos do convênio;
- II Descrição das metas físicas e dos produtos esperados;
- III Cronograma de execução com fases, marcos de controle e prazos estimados;
- IV Estimativa de custos e critérios de rateio entre os convenentes;
- V Cronograma de desembolso e plano de aplicação dos recursos;
- VI Indicadores de monitoramento e avaliação.

O Plano de Trabalho poderá ser alterado mediante acordo entre os convenentes, formalizado por Termo Aditivo, desde que justificado tecnicamente e observado o interesse público.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O valor global estimado para a execução do objeto do presente Convênio será definido no Plano de Trabalho. A participação financeira dos convenentes poderá variar conforme a fase do projeto e será pactuada expressamente em Termo Aditivo ou no próprio Plano.

- § 1º Os recursos repassados serão depositados em conta bancária específica, aberta exclusivamente para movimentação deste Convênio.
- § 2º Os recursos deverão ser utilizados exclusivamente no objeto pactuado, sendo vedado seu desvio para outras finalidades, ainda que públicas.
- § 3º Os saldos remanescentes ao final do convênio, não utilizados, deverão ser restituídos ao convenente que os repassou, devidamente atualizados monetariamente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas observará as seguintes exigências:

- I Envio de relatórios mensais de execução física e financeira, com documentação comprobatória de despesas, notas físcais, comprovantes bancários e documentos de liquidação;
- II Apresentação de relatório final consolidado, em até 60 (sessenta) dias após o término do convênio;
- III Submissão à análise e aprovação pelo controle interno e, quando exigido, encaminhamento



Estado do Espírito Santo

ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

- § 1º O não cumprimento dos prazos de prestação de contas implicará na imediata suspensão de repasses e poderá ensejar a instauração de tomada de contas especial.
- § 2º A inexecução injustificada ou o desvio de finalidade acarretará a devolução integral dos valores repassados, atualizados, acrescidos de juros legais.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo devidamente fundamentado e aprovado por ambas as partes.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

Este Convênio poderá ser rescindido:

- I Por acordo entre as partes, mediante justificativa formalizada;
- II Por inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas por qualquer dos convenentes;
- III Por superveniência de norma legal que torne impossível sua execução;
- IV Por razões de interesse público, mediante notificação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- § 1º A rescisão não exime os convenentes do dever de prestar contas dos recursos utilizados.
- § 2º Eventuais prejuízos causados pelo inadimplemento serão apurados e cobrados nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

Este Convênio poderá ser alterado mediante **Termo Aditivo**, desde que não implique em modificação de seu objeto essencial, devendo ser previamente aprovado por ambos os convenentes e acompanhado da devida justificativa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Para dirimir eventuais dúvidas oriundas deste Convênio, as partes elegem o Foro da Comarca de Vargem Alta/ES, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Estado do Espírito Santo

E, por estarem de pleno acordo, firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Vargem Alta/ES, [data].	
Prefeito Municipal de Vargem Alta/ES	
PRIMEIRO CONVENENTE	
Prefeito Municipal de Cachoeiro de Itapemirim/ES	
SEGUNDO CONVENENTE	
Testemunhas:	
Nome:	
CPF:	
Nome:	
CPF·	

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

ELIESER RABELLO

PREFEITO MUNICIPAL SGAPM - GAPM - PMVA assinado em 26/09/2025 16:27:59 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 26/09/2025 16:28:00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3) por JOSÉ VITOR DIAS MARTINS (ASSESSOR - AJUPRO - PGM - PMVA) Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: https://e-docs.es.gov.br/d/2025-DMVZ9G